



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

QUINTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO REGIMENTAL Nº 0205619-3/01

AGRAVANTE: ATENTO VIGILÊNCIA E SEGURANÇA DE VALORES

**AGRAVADA: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU/STU-REC
(SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DO RECIFE)**

DESEMBARGADOR RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

DESEMBARGADOR SUBSTITUTO: SÍLVIO ROMERO BELTRÃO

R
5469
EMENTA. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. FALTA DE PEÇAS INDISPENSÁVEIS À COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. INADMISSIBILIDADE.

- É inadmissível o agravo de instrumento em que faltam peças indispensáveis à compreensão da controvérsia.

- Não cabe ao órgão julgador recursal a determinação de diligências para suprir falhas no agravo de instrumento.

ACÓRDÃO

ACORDAM os Desembargadores que compõem a Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, tudo de conformidade com o voto que integra este julgado.

Recife, 27 de Janeiro de 2010

Sílvio Romero Beltrão – Desembargador Substituto



193

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

QUINTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO REGIMENTAL Nº 0205619-3/01

AGRAVANTE: ATENTO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA DE VALORES

**AGRAVADA: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU/STU-REC
(SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DO RECIFE)**

DESEMBARGADOR RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

DESEMBARGADOR SUBSTITUTO: SÍLVIO ROMERO BELTRÃO

RELATÓRIO

Trata-se de agravo regimental interposto em face de decisão terminativa que liminarmente negou seguimento à agravo de instrumento, por ausência das peças obrigatórias e, ainda, das peças indispensáveis à compreensão da controvérsia.

Antes de relatar as razões do regimental, é interessante tratar dos fatos processuais que o antecederam.

Foi interposto agravo de instrumento em face de decisão interlocutória que, em ação de imissão de posse, concedeu tutela antecipatória no sentido da desocupação de bem imóvel no prazo de 10 (dez) dias.

Na decisão interlocutória antecipatória de tutela de imissão de posse - objeto da insurgência manifestada através do agravo de instrumento - há afirmação da existência de prova inequívoca de domínio em favor da autora-agravada (fl. 45/47 dos autos do AI).

Em sua minuta, afirma a ré-agravante, no entanto, que a decisão recorrida socorreu-se de presunção de domínio do imóvel em questão, inexistindo prova de propriedade do bem. Diz, ainda, que a autora-agravada confessou o descumprimento administrativo relacionado à desapropriação de imóvel, o que justificaria a retenção do bem. Alega que a antecipação da tutela não pode impor providência **em desrespeito ao que foi acordado administrativamente**. Aponta o preenchimento do requisito do *periculum in mora* pelo risco de fechamento da empresa, em face da impossibilidade de sua transferência para outro local no prazo concedido. Quanto ao *fumus boni iuris*, afirma estar presente, posto que, além de **não ter sido cumprida integralmente pela autora-agravada sua obrigação de**



194

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

pagamento dos valores indenizatórios, não houve notificação administrativa para desocupação do imóvel.

Nas razões do agravo regimental, reitera a agravante afirmações no sentido da inacessibilidade dos autos da ação de imissão de posse originária, no prazo para interposição do agravo de instrumento, em razão de questões operacionais do sistema informatizado e do arquivo eletrônico. Afirma que não pode ser prejudicado por fatos provocados pelo próprio Judiciário e que cabe a este órgão a determinação de diligências no sentido de suprir a falta das peças obrigatórias e das essenciais à compreensão da controvérsia. Após, passa a tecer considerações acerca do mérito da ação de imissão de posse. Pede a retratação ou o encaminhamento do recurso para julgamento pelo órgão colegiado, para concessão de efeito suspensivo dos efeitos da decisão interlocutória que antecipou tutela de imissão de posse.

É o que importa relatar.

Recife, 21 de janeiro de 2010.


Sílvio Romero Beltrão
Desembargador Substituto



195

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

QUINTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO REGIMENTAL Nº 0205619-3/01

AGRAVANTE: ATENTO VIGILÊNCIA E SEGURANÇA DE VALORES

**AGRAVADA: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU/STU-REC
(SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DO RECIFE)**

DESEMBARGADOR RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

DESEMBARGADOR SUBSTITUTO: SÍLVIO ROMERO BELTRÃO

VOTO

Presentes os respectivos pressupostos, passo à análise do recurso.

Conforme consta da fundamentação da decisão terminativa ora agravada, no agravo de instrumento faltam as peças obrigatórias apontadas no art. 525, inc. I, do Código de Processo Civil. De fato, em parte, tal falha encontra justificativa na inacessibilidade dos autos para as partes no prazo de interposição do recurso. **Ocorre que não foi apenas a falta das peças obrigatórias que motivou a consideração de inadmissibilidade do agravo de instrumento.**

Foi claramente indicada na decisão ora agravada a **ausência de documentos indispensáveis à compreensão da controvérsia.**

Na minuta do agravo de instrumento ao qual negou-se seguimento constam alegações no sentido da não comprovação da propriedade do bem imóvel litigioso e do **descumprimento administrativo de acordo expropriatório**, tanto em relação ao **pagamento da indenização**, quanto referentemente ao **prazo acordado para desocupação** do bem. No entanto, sequer um documento comprobatório das mencionadas alegações recursais foi anexado ao presente recurso. Refrise-se, **não juntou a agravante qualquer documento indicativo do conteúdo do acordo administrativo descumprido, não trouxe qualquer documento com demonstração de combinação de prazo para desocupação do imóvel litigioso, enfim, nada trouxe a agravante aos autos do recurso, além de certidão de inacessibilidade dos autos da ação originária.**



196

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Destaque-se que, **relativamente aos documentos comprobatórios de suas alegações de descumprimento de acordo administrativo expropriatório, a inacessibilidade dos autos da ação originária não se constituiu em impedimento da juntada ao agravo de instrumento.** Frise-se, inclusive, que a concessão da tutela antecipatória objeto do agravo de instrumento ocorreu *inaudita altera pars*, a ação originária sequer havia sido contestada pela agravante, esta ainda não havia juntado qualquer documento aos autos; a inacessibilidade a estes não leva à conclusão de inacessibilidade aos mencionados documentos, não podendo ser imputado ao Judiciário, especificamente quanto a esta questão, a responsabilidade pela não juntada ao agravo de instrumento.

Registre-se, inclusive, que não foi feito qualquer pedido pela recorrente no agravo de instrumento no sentido da dilação do prazo para desincumbência do seu ônus de juntada de peças ao recurso.

Restou impossibilitada a apreciação da controvérsia relatada no agravo de instrumento e, diferentemente do afirmado pela agravante, não cabe ao órgão julgador recursal a determinação de diligências no sentido do suprimento das falhas apontadas. No mesmo sentido, há jurisprudência neste Tribunal de Justiça:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CIVIL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. POSSESSÓRIA. LIMINAR. FORÇA NOVA. CARACTERIZAÇÃO DE ESBULHO. AGRAVO NÃO CONHECIDO. **INCOGNOSCÍVEL É O AGRAVO DE INSTRUMENTO, QUANDO A PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO NÃO VEM INSTRUÍDA COM AS PEÇAS INDISPENSÁVEIS À COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA** (AI 83756-3, 4CC, Rel. Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves, DJ 12/08/04) (Tribunal de Justiça do Pernambuco, original sem destaques - Processo: Agravo de Instrumento nº 62003-7; Relator: Frederico Ricardo de Almeida Neves; Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível; Data de Julgamento: 28/4/2009; Publicação: 91).

RECURSO DE AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA PROLATADA EM SEDE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE JUNTADA DE PEÇAS FACULTATIVAS NECESSÁRIAS E ÚTEIS À COMPREENSÃO DA DEMANDA. RECURSO NÃO PROVIDO.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

1.O agravante deve anexar aos autos os documentos facultativos, necessários e úteis à compreensão da controvérsia, **NÃO CABENDO AO RELATOR DETERMINAR DILIGÊNCIAS NO SENTIDO DE SANAR O DEFEITO**;
2.Ausentes os pressupostos de admissibilidade do agravo de instrumento, impõe-se o não conhecimento do recurso; 3.À unanimidade de votos, negou-se provimento ao Recurso de Agravo (Tribunal de Justiça de Pernambuco, original sem destaques - Processo: Recurso de Agravo nº 171686-7/02; Relator: Leopoldo de Arruda Raposo; Órgão Julgador: 5ª Câmara Cível; Data de Julgamento: 5/9/2008; Publicação: 166).

Por fim, é interessante ressaltar que, após análise dos documentos que apenas por ocasião da interposição do presente agravo regimental juntou a ré-agravante, a conclusão é no sentido de que não lhe assiste razão.

Há nos autos cópias de decreto expropriatório indicativo de propriedade do imóvel litigioso pela CBTU (fls. 67/71); atas de negociação de indenização - onde constam os valores devidos e a concordância pelo proprietário da empresa expropriada, ora agravante (fls. 95 e 100); recibos de pagamento das indenizações, com indicação das datas de 26/07/2005 e 20/10/2005 (fls. 46, 47).

Da análise dos mencionados documentos, verifica-se a fragilidade das alegações feitas no agravo de instrumento anterior. Na respectiva minuta, alegou a recorrente o descumprimento administrativo de acordo expropriatório, em relação ao pagamento da indenização e ao prazo acordado de 06 meses para desocupação do bem. Ocorre que, além da indicação da concordância do expropriado com os valores indenizatórios, há recibos comprobatórios dos pagamentos; de um deles consta, inclusive, remissão ao fato de que a retenção de parte do valor, referente ao terreno, ocorreu em virtude de não apresentação pelo réu-agravante da escritura pública do terreno. Inclusive, por ocasião da propositura da ação originária, foi comprovado o depósito pela parte autora-agravada de tal valor atualizado, para garantia do pagamento do terreno.

Quanto à alegação de descumprimento do prazo de 06 meses supostamente acordado pelas partes para desocupação do imóvel, verifica-se que dos recibos de pagamento das indenizações



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

constam indicações das datas 26/07/2005 e 20/10/2005, ou seja, decorreram mais de 04 anos e a ré-agravante continuava a ocupar o imóvel desapropriado. Não há que se falar em desrespeito a prazo de 06 meses.

Em face do exposto, voto no sentido do improvimento do presente agravo regimental.

Recife, 27 de Janeiro de 2010.


Sílvio Romero Beltrão
Desembargador Substituto